

# Transformar o jornalismo pela acessibilidade comunicativa

## Repensar o campo e a profissão a partir da sala de aula

**SAMARA WOBETO**

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
samara.wobeto@acad.ufsm.br  
Orcid: /0009-0000-4812-3649

**VIVIANE BORELLI**

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
viviane.borelli@ufsm.br  
Orcid : //0000-0003-0643-2173



Este artigo, que é um recorte de pesquisa dissertativa, objetiva problematizar a prática jornalística e as formações para o jornalismo a partir da perspectiva do acesso à informação e à comunicação por pessoas com deficiências. Ou seja, a reflexão trata da inserção e do ensino da acessibilidade comunicativa nos meandros da profissão de jornalista. Para isso, realizou-se uma análise documental (Moreira, 2009) de documentos curriculares de cursos de jornalismo brasileiros, em conjunto com entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (Duarte, 2010). O mapeamento permitiu conhecer as iniciativas de ensino de acessibilidade comunicativa já existentes. Em um segundo momento, a sala de aula tornou-se espaço de experimentação de práticas pedagógicas para a temática na formação de jornalistas. A entrada em campo ocorreu por meio da pesquisa participante (Peruzzo, 2010; Martino, 2018) em conjunto com a observação (Gil, 2008) e o diário de campo (Winkin, 1998) para a coleta e registro dos dados, além da entrevista estruturada (Duarte, 2010). Este processo exigiu a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

A temática é estudada pelas pesquisadoras há pelo menos seis anos, e perpassa uma caminhada acadêmica que envolve a graduação em Jornalismo, o Mestrado e, agora, o Doutorado em Comunicação. Neste período, percebeu-se um aumento nas produções científicas sobre a aces-

Pour citer cet article, to quote this article,  
para citar este artigo :

Samara Wobeto, Viviane Borelli, « Transformar o jornalismo pela acessibilidade comunicativa. Repensar o campo e a profissão a partir da sala de aula », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 15, n°1 - 2026, 15 juin - june 15 - 15 de junho - 15 de junio.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v15.n1.2026.638>



sibilidade no jornalismo e na comunicação. Felizmente, identifica-se um crescimento na construção do campo de conhecimento (Elcessor *et al.*, 2021) - ainda que tímido (Wobeto *et al.*, 2024). Mas o tema ainda se constituía como lacuna na interrelação com o ensino, o que provocou a construção de dissertação (Wobeto, 2025).

Foram realizadas diversas pesquisas que envolvem a temática: uma análise quantitativa (Wobeto *et al.*, 2021) e qualitativa (Wobeto *et al.*, 2023) da cobertura jornalística sobre acessibilidade e pessoas com deficiência, a construção de ferramenta de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicativa no jornalismo (Wobeto, 2023), a discussão do conceito como palavra-chave para um jornalismo democrático e cidadão (Wobeto *et al.*, 2024), a construção de estado da arte das pesquisas em acessibilidade e comunicação no cenário brasileiro (Wobeto *et al.*, 2024) e a discussão sobre a acessibilidade comunicativa do ponto de vista da não circulação da informação para pessoas com deficiência (Wobeto & Borelli, 2025). A partir disso, uma constatação que se repete é que a acessibilidade não é preocupação nem do Jornalismo nem da Comunicação, seja como prática ou campo de conhecimento.

Em pesquisa recente, a organização Web Para Todos (WPT) quantificou os sites de jornalismo que cumprem todos os requisitos de acessibilidade. O número revela uma porcentagem ínfima: apenas 3,4% não apresentam falhas, enquanto 96,6% não são acessíveis (WPT, 2024). Apesar de baixo, a Web Para Todos considera haver uma ligeira melhora, principalmente em virtude do uso de ferramentas automáticas para descrição de imagens. Para além de identificar a ausência de acessibilidade no jornalismo brasileiro, este número representa a pouca importância que o assunto tem na área. É sinônimo, também, de uma lacuna, que é técnica, produtiva, discursiva e histórica (Wobeto, 2025). Por isso, em pesquisa mais ampla a nível de Mestrado, discutiu-se os entrelaçamentos do ensino do jornalismo com a acessibilidade comunicativa. A pesquisa objetivou a construção teórico-prática de proposições para a inserção da temática na formação de jornalistas, em um movimento tentativo de mudança profissional - que começa na sala de aula (Wobeto, 2025).

Da forma como definida pela legislação brasileira, a acessibilidade é a possibilidade de que uma pessoa com deficiência consiga acessar e consumir produtos, serviços e equipamentos com segurança e autonomia (Brasil, 2015). Entre estes elementos estão a comunicação e informação. A mesma legislação - a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão - também define que, no caso da condição de acesso de modo seguro e autônomo não ser assegurado, têm-se uma barreira<sup>1</sup> (Brasil, 2015). Ou seja, a acessibilidade não é a superação das barreiras, mas a ausência das mesmas.

Do ponto de vista da comunicação, compreende-se a temática por meio da acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015), conceito que leva em consideração a comunicação como direito, na perspectiva da cidadania comunicativa (Mata, 2006). É, portanto, “um recurso de linguagem que, de maneira técnica, substitui a barreira informativa que impede o acesso das pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva e/ou cognitiva) aos conteúdos” (Bonito & Santos, 2019, p. 36). A perspectiva adotada difere do conceito de acessibilidade comunicacional, expressão comumente adotada nas áreas da Educação Especial e Educação, e que leva em conta os materiais didáticos de ensino de pessoas com deficiências. Na acessibilidade comunicativa, considera-se as materialidades e as sociabilidades envolvidas nas formas de comunicação - tanto profissionais, como é o caso do jornalismo, quanto interpessoais, em redes próprias de comunicação, como as redes sociais digitais.

Para Bonito (2015), existem lógicas hegemônicas vigentes nas maneiras de produzir e distribuir comunicação, em que as pessoas sem deficiência detêm os meios de produção e comunicação, enquanto as com deficiência estão à mercê destas lógicas. Ou seja, a comunicação é feita por pessoas sem deficiência para pessoas sem deficiência (Bonito, 2015). Bonito (2016, p. 191) afirma que “o conceito deve ser compreendido como elemento essencial dos conteúdos jornalísticos digitais, por se tratar de uma característica técnico-conceitual fundamental para promover o respeito ao Direito Humano à comunicação e a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência”. Portanto, ao mesmo tempo que a acessibilidade comunicativa propicia a crítica às práticas hegemônicas de comunicação e de jornalismo - na perspectiva de direitos, principalmente -, também permite um ponto de vista técnico, que é de inserção das tecnologias assistivas (TA's) em produtos e processos comunicativos.

Estas são produtos, equipamentos e dispositivos “que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Brasil, 2015, s.p.). Bengalas, elevadores e pisos táteis são exemplos de TA's para a locomoção. Na comunicação, são exemplos o leitor de tela (Salton *et al.*, 2017), a audiodescrição (Motta & Romeu Filho, 2010; ABNT, 2016; Naves *et al.*, 2016) e/ou a descrição de imagens (CAED/UFMS, s.a.) ou descrição alternativa (Beraldo, 2021; 2024), a autodescrição (Wille *et al.*, 2019), o botão de ouvir o texto (Wobeto, 2023), os caracteres ampliados (ABNT, 2016), a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (EBC, 2018), a Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2002), a Janela de Libras (EBC, 2018), a mídia sonora acessível (Vanderlei *et al.*, 2016; Maciel & Silva, 2017; Almeida *et al.*, 2024), os

princípios de acessibilidade cromática para o daltonismo (Pereira, 2021), a linguagem simples e a leitura fácil (Garcia Muñoz, 2015), e os aspectos técnicos de acessibilidade, navegabilidade e a hierarquia do site (W3C, 2018).

Assim, o jornalismo é lacuna técnica na medida em que produz narrativas que não abarcam as pessoas com deficiências como potenciais públicos consumidores, ou seja, não insere tecnologias assistivas nas práticas produtivas e, conseqüentemente, nos produtos jornalísticos. A partir disso, defende-se que o jornalismo reproduz lógicas hegemônicas que desconsideram a acessibilidade e, por isso, torna-se sinônimo de barreira para a acessibilidade comunicativa. Como consequência, afeta a possibilidade de cidadania dos sujeitos com deficiência. É uma questão de acesso e de direito humano, já que a acessibilidade é uma garantia legislativa. Para Bonito (2015), é um cenário em que as legislações são invisíveis, o que significa que, mesmo que existam no papel, não são executadas e nem fiscalizadas.

A lacuna também é histórica uma vez que as pessoas com deficiência nunca foram consideradas como potenciais públicos consumidores na história da comunicação (Bonito & Guimarães, 2023). O jornalismo, desde o nascimento, compreende bases positivistas e capitalistas (Genro Filho, 2012). Com as transformações sociais e tecnológicas provocadas pelas invenções nas formas de comunicação - que Couldry e Hepp (2020) denominam 'mídiação profunda' - o jornalismo também se reinventa.

No entanto, este processo não ocorre com a acessibilidade comunicativa - o que também incorre em uma escolha racional do campo. Reitera-se que a acessibilidade não é apenas uma questão de acesso e de direito humano - portanto, de possibilidade de exercício da cidadania (Bonito, 2015; Beraldo, 2021; Berni, 2024). Também pode ser compreendida como uma questão estratégica, de sobrevivência de um campo em crise, uma vez que significa melhoria em sistemas de ranqueamento de notícias (Pedrosa, 2020)<sup>2</sup>. Mas também porque permite o consumo de produtos jornalísticos por um potencial público consumidor de pelo menos 18 milhões de pessoas com deficiência (IBGE, 2023). Por mais que exija investimentos, também incide em acesso. Ironicamente, a mesma problemática que incorre em produção de exclusões informacionais de pessoas com deficiência do consumo de informação também é possibilidade de ampliação de público consumidor.

Quando pensado sob uma ótica mais ampla, a produção de exclusões informacionais faz do jornalismo um produtor de práticas capacitistas. Aliás, não há como tratar da temática sem considerar o pano de fun-

do do preconceito para com estes públicos. Ao historicizar o lugar da pessoa com deficiência na História, Piccolo (2022) defende que, de maneira semelhante ao que coloca Simone de Beauvoir na famosa frase 'Não se nasce mulher: torna-se mulher',

"[...] temos que a pessoa deficiente não é algo previamente definido pela natureza. Não se nasce deficiente, torna-se deficiente, situação determinada pela relação dialética entre o sujeito e os significados que a cultura atribui àquilo que considera a essência do corpo não apto e desajustado". (Piccolo, 2022, p. 32).

Ao recuperar as pessoas com deficiência em diferentes momentos e documentos históricos, o autor mostra que a ideia da deficiência é um produto da Modernidade, já que na Idade Média ou Antiguidade elas não eram denominadas dessa forma. Por isso, Piccolo (2022, p. 27) nomeia "a deficiência como uma construção histórica".

Esta afirmação tem relações imbricadas com o capacitismo e, conseqüentemente, com o capitalismo. Para Marco (2020), o primeiro não há como existir sem o segundo, pois se baseia na ideia de capacidade para produção. "Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor" (Marco, 2020, p. 18). Piccolo (2022, p. 32) afirma o capacitismo como o preconceito forjado sobre a diferença da deficiência: "é a definição de norma que engenha o anormal, assim como o suposto do corpo eficiente/apto desenha a métrica da fisicalidade deficiente/inapta". Nas relações históricas sobre o capacitismo, os saberes científicos oriundos da Medicina importam para seu fortalecimento e contribuem para o surgimento do modelo médico da deficiência.

Há uma relação entre o desenvolvimento das ciências médicas no campo da deficiência e o avanço do sistema econômico capitalista impulsionado pela revolução industrial. Participar do mercado exige indivíduos ativos, aptos para o trabalho produtivo. A concepção de deficiência, dentro da racionalidade médica prevalente neste momento histórico, acabou construindo associações entre desemprego, baixa escolaridade e segregação causadas pela inabilidade do corpo com impedimento. (Bisol *et al.*, 2017, p. 90).

As autoras recuperam as condições históricas e conceituais da deficiência para refletir sobre os distintos modos de compreendê-la: modelos médico, social e pós-social. O primeiro decorre da necessidade de tratamento de pessoas que passaram a ter alguma defi-

ciência no pós-guerras mundiais do século XX (Bisol *et al.*, 2017). Com isso, a “medicina oferecia alternativas para lidar com as limitações físicas e/ou intelectuais, o que promoveu a ideia de que as pessoas com deficiência deveriam buscar tratamento e programas de reabilitação como solução para remover ou amenizar os danos corporais” (Bisol *et al.*, 2017, p. 91). É neste momento que se estabelece o modelo médico, que compreende a deficiência como doença a ser curada.

Já o modelo social é resultante de movimentos de contracultura e de luta de grupos minorizados por igualdade de direitos, e se desenrola na segunda metade do século XX (Bisol *et al.*, 2017). “O modelo social compreende que os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência são resultantes de falhas de uma sociedade construída por e para pessoas sem deficiência, sem considerar pessoas com essa característica” (Freitas & Silva, 2025, p. 20).

Por fim, com a emergência de movimentos sociais como os feministas, estudos críticos da raça e teoria queer, o modelo paradigmático vigente é questionado principalmente por mulheres com deficiência, que denunciam que as literaturas eram produzidas principalmente por acadêmicos homens, que desconsideravam nuances da interseccionalidade e da própria experiência do corpo com deficiência (Bisol *et al.*, 2017). Isto se passa no final do século XX e início do XXI, e configura um modelo ainda não estabilizado e nomeado de diversas formas, mas principalmente como modelo pós-social da deficiência (Bisol *et al.*, 2017).

Em resumo, discute-se uma questão que é de ordem histórica e social, produtiva e técnica, de representação, legislativa, mercadológica e estratégica. Além disso, também é formativa, uma vez que a necessidade de implementação destes conhecimentos em currículos de cursos de jornalismo resta como inquietação de pesquisas que identificam as lacunas citadas (Bonito, 2015; Beraldo, 2021; Wobeto, 2023). Além do enxugamento das redações e da sobrecarga de trabalho, há um problema “na formação universitária que não estimularia os jornalistas a refletirem sobre acessibilidade, tampouco sobre inclusão” (Beraldo, 2021, p. 111).

A partir dessa introdução da problemática da acessibilidade comunicativa no jornalismo e seu recorte no ensino, o presente artigo apresenta os resultados de uma análise documental (Moreira, 2009) de projetos pedagógicos, ementários e matrizes curriculares de cursos de Jornalismo lotados em universidades federais brasileiras. No próximo tópico, discute-se teoricamente a formação do jornalismo brasileiro e de suas escolas, a partir de bases positivistas e colonialistas. Em seguida, apresenta-se a metodologia, e, por fim, são discutidos elementos

analíticos a partir da inserção da pesquisa em sala de aula.

---

### **FORMAÇÃO DO JORNALISMO BRASILEIRO: CAPITALISTA, COLONIALISTA E COLONIZADOR**

---

Em leituras que trazem a historiografia do jornalismo, a data que estabelece as primeiras atividades de imprensa coincide com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, quando Napoleão invadiu Portugal (Romancini & Lago, 2007). “Do ponto de vista do jornalismo, em sentido estrito, a chegada do príncipe regente, d. João, em 1808, marca o início da história da imprensa no Brasil, e alguns anos depois - com a Independência, 1822 - a história da imprensa brasileira” (Romancini & Lago, 2007, p. 16). A data assinala atraso de um século em comparação com outros países. Fatos como a necessidade de dominação colonial, de controle das ideias em circulação e da restrição de desenvolvimento são colocados como razões por Romancini e Lago (2007). No entanto, para Sodré (1966), a escravidão também foi fator determinante.

Portanto, é em um contexto escravocrata e de dominação colonial que o jornalismo brasileiro surge. Para Fabiana Moraes (2022), não é possível pensar a profissão - e suas práticas contemporâneas - sem interseccionar questões de classe, raça, gênero e território. “[...] não é possível realizar uma crítica à objetividade que é fundamental ao jornalismo sem realçar também como a mesma é tantas vezes perpassada por uma racionalidade objetiva profundamente racializada, profundamente classista, profundamente generificada” (Moraes, 2022, p. 16).

A autora defende que a formação do jornalismo brasileiro acompanha a própria constituição do território - primeiro, como colônia portuguesa, e depois, como país. “A naturalização das diferenças, transformadas em desigualdades, foi bem assimilada pelas instituições no pós-escravidão, e a imprensa surgiu ali não só como meio de vocalização de ideias, mas como endosso a uma nova ordem na qual era preciso superar o pensamento e o comportamento vistos como selvagens e brutos das populações não brancas” (Moraes, 2022, p. 17). Para ela, é essa gênese que corrobora na constituição de alicerces narrativos hierarquizados em “que uns, os que colonizam e dominam determinadas técnicas de ação, teriam uma plenitude racional que explica o ato de subjugar, que justifica as mais inomináveis violências” (Moraes, 2022, pp. 28-29). Populações, gênero, território, raça, classe, corpos e outros marcadores sociais são reproduzidos em discursos que classificam e naturalizam diferenças e desigualdades.

O entendimento do jornalismo brasileiro a partir da influência colonial também é destrinchada por Carvalho (2023). O autor vê a profissão como ator social que é, ao mesmo tempo, colonizado e colonizador. Isto se dá em virtude das estruturas que o compõem - tanto de teorias, da sala de aula, quanto de práticas, nas redações - nascerem e se perpetuarem baseadas em teorias e metodologias europeias e estadunidenses. Para Carvalho (2023, p. 129), o jornalismo é “colonizador, primeiro, porque faz parte das instituições que se beneficiam das lógicas das colonialidades”. O autor acrescenta: “Mas também porque é agente fundamental na difusão dos princípios que regem as colonialidades do poder e do saber, que dentre suas ações estratégicas, adota o escamoteamento das violências físicas e simbólicas patrocinadoras das colonialidades, nas relações de gênero, assim como em outras esferas sociais” (Carvalho, 2023, pp. 129-130).

Por outro lado - e ao mesmo tempo -, o jornalismo também é colonizado quando adota procedimentos e conhecimentos que são considerados universais, “que ao fim levam a padronizações que não dão conta das diversidades, contradições, fraturas, jogos de poder e disputas de sentido implicados nos acontecimentos, atrizes e atores sociais que constituem as referências para as narrativas jornalísticas” (Carvalho, 2023, p. 133). Assim, quando reproduz narrativas que estigmatizam e reduzem as pessoas às suas deficiências, “como ator social, a partir das narrativas redutoras, o jornalismo não informa sobre pessoas com deficiência, mas sensacionaliza, não produz conhecimentos sobre a realidade destes públicos, mas sim desconhecimentos e reforço de estigmas vigentes” (Wobeto, 2025, p. 78). Dessa forma, atua como colonizado - a partir da reprodução discursiva -, e colonizador - quando produz estas narrativas opressoras, violentas e capacitistas, ou seja, colonizadoras.

Por meio das narrativas da pena e da superação (Kuppers, 2004), o jornalismo oscila entre o trágico e o herói, como “um pêndulo em que a informação ou se inclina ao lado de retratar as pessoas com deficiência pelo lado da caridade, ou seja, para baixo, ou se inclina ao extremo da admiração e construção da deficiência por meio de relatos de superação que idealizam e beiram mais a descrição de super-heróis que de seres humanos” (Hernández-Flores, 2019, p. 134, tradução própria). Um exemplo desse tipo de cobertura se dá de quatro em quatro anos, nas Paralimpíadas, a partir da exaltação de atletas com deficiência como aqueles que superam as barreiras, o que Gomes e Moutinho (2021) denominam identidades mediatizadas da deficiência.

A partir de diversas leituras que abordam o surgimento da imprensa e do jornalismo brasileiros (Sodré, 1966; Romancini & Lago, 2007; Daros, 2024), pode-se compreender que as pessoas com deficiência nunca

estiveram postas na narrativa oficial (Wobeto, 2025). Mesmo que outros grupos sociais marginalizados também sejam pouco debatidos na história do jornalismo no Brasil, ainda assim, questões de raça, classe e gênero aparecem (Daros, 2024). As pessoas com deficiências travaram e travam lutas pela possibilidade de direitos há décadas - entre eles o de acesso à informação (Silva, 1987; Ferraz *et al.*, 2012; Piovesan, 2012). Portanto, sua exclusão da narrativa oficial sobre o jornalismo é sinônimo também da marginalização destes públicos da própria possibilidade de acesso aos veículos jornalísticos e de comunicação.

É neste entendimento que Bonito e Guimarães (2023) questionam o termo ‘deficiência’: para os autores, são públicos que sempre existiram, desde o surgimento da prensa tipográfica - que marca o início da história da Comunicação. Portanto, a proposta é inverter a chave de pensamento: “foram as mídias que nasceram com deficiências relativas à falta de acessibilidade. Explica-se este fato através da vigência da cultura hegemônica dos videntes e ouvintes que impera sob as demais culturas cegas e surdas. É por esse motivo que o foco da deficiência foi parar nas pessoas e não nas mídias” (Bonito & Guimarães, 2023, p. 95).

O debate sobre as formas de produção e de reflexão sobre o trabalho jornalístico deve dar um passo atrás, e voltar o olhar para a universidade. Para Moraes (2022, p. 24), “ainda há um vácuo prático-epistemológico no jornalismo brasileiro. Nele, questões pertinentes a raça, classes, gênero e territórios não podem mais ser tratados como contingentes, e sim como estruturais nos modelos noticiosos oferecidos e nos “jornalismos” ensinados”. Pensar a sala de aula, portanto, é necessário, principalmente ao considerar temáticas menos-prezadas, consideradas menores, o que é o caso da deficiência, que, em um cenário de violação de direitos, torna-se minoria esquecida (Medina, 2021; Hernández-Flores, 2021).

Para Márcia Veiga (2015), a formação de jornalistas é atravessada por matrizes curriculares em que os saberes e poderes basilares “são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma (moderno/positivista) e de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista), os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade” (Veiga, 2015, p. 13). Ou seja, há reprodução de conhecimentos e de hierarquias como fator determinante, o que abre pouco espaço para a criatividade e, inclusive, para a inserção de temáticas outras.

Veiga (2015) cita classe, raça e gênero como atravessamentos necessários nessa discussão. Aqui, acrescentamos também as questões de corpos com deficiência. “Isso se reflete não apenas nos tipos de conhecimen-

to, mas também nas práticas pedagógicas adotadas para ensinar, que ainda parecem influenciadas pela dominância histórica da lógica formal e do modelo tradicional de ensino, percebidas especialmente pelas reiteradas dificuldades de diálogo, interação e questionamentos” (Veiga, 2015, p. 163).

Apesar da identificação da universidade como local histórico de reprodução de matrizes de saberes e poderes que são eurocentrados e positivistas, Veiga (2015) indica que a adoção de outras práticas pedagógicas, que se situem fora dos sistemas positivistas e que sejam “capazes de aproximar os saberes culturais dos saberes profissionais, proporcionando condições de construção de conhecimentos que não tornem os fatos da realidade externos aos atos de conhecer” (Veiga, 2015, p. 265) podem ser formas possíveis de mudança da realidade de ensino. Carvalho (2023) corrobora essa visão quando afirma a importância de inserir bibliografias e saberes não eurocentrados em matrizes curriculares. Isto porque as geoepistemologias dominantes são capazes de produzir “graves consequências para o conhecimento das muitas sociedades, pessoas e populações a partir das suas especificidades, posto que o conhecimento eurocêntrico, em suas estratégias de imposição como única verdade possível e aceitável, mata todos os saberes não eurocentrados” (Carvalho, 2023, p. 61).

A partir disso, questiona-se: que jornalismo é esse, que não olha para a acessibilidade e os públicos com deficiências? Seja na sala de aula, seja na produção narrativa e discursiva, é profissão colonizada - e colonizadora - que se forma e se retroalimenta de exclusões informacionais. O direito de acesso à informação é colocado como preceito ético no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007). No entanto, a acessibilidade comunicativa não é mencionada, em nenhum momento, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (MEC, 2009; 2013). É nestas ausências - de formação e de atuação - que esta pesquisa se insere.

Na etapa produtiva, temos lacunas de inserção de formas acessíveis de comunicar variados formatos de notícias e reportagens, por exemplo. “É nesta etapa que se reforçam práticas produtivas que não consideram os sujeitos com deficiência como potenciais públicos consumidores” (Wobeto, 2025, p. 43). É um ciclo vicioso, uma vez que a acessibilidade não é conceito conhecido e apreendido com clareza por jornalistas. Beraldo (2021, p. 112) demonstra isso em sua pesquisa: “Os três jornalistas elencaram características da acessibilidade de conteúdo, mas restringiram o conceito ao descrever como é um produto acessível, ressaltando que é um produto (narrativas acessíveis) focado nas pessoas com deficiência” (Beraldo, 2021, p. 112).

Para González-Perea (2018, p. 250, tradução própria), refletir sobre as barreiras de acessibilidade no jornalismo deve levar em conta que algumas destas são geradas pelas e pelos jornalistas, como as relacionadas às imagens - “texto incorporado, contraste insuficiente, uso semântico da cor, infográficos interativos que dependem do *mouse* para seu manuseio, etc.” - e ao texto - “falhas de ortografia, textos complexos, ausência de marcação de troca de idioma, dependência do *mouse* em infográficos e conteúdos linkados e incorporados não acessíveis” (González-Perea, 2018, p. 250, tradução própria). Já a arquitetura dos sites, ausência de acessibilidade em formulários e reprodutores multimídia, a sobreposição de conteúdos e a presença de títulos incompletos são de responsabilidade de outros perfis profissionais, como programadores, designers gráficos e desenvolvedores (González-Perea, 2018). Por isso, o olhar para a acessibilidade deve ser integrado, em diálogo.

---

## METODOLOGIA

---

Por não existir um campo consolidado na área de estudos de acessibilidade e comunicação, explorar esta temática exige um certo artesanato intelectual (Mills, 2009) também na combinação de metodologias e técnicas. Para o desenho metodológico, portanto, combinamos o método da análise documental (Moreira, 2009) com as técnicas de entrevista estruturada e semi-estruturada (Duarte, 2010) e, em uma segunda etapa, o método da pesquisa participante (Peruzzo, 2010; Martino, 2018) com as técnicas da observação (Gil, 2008), do diário de campo (Winkin, 1998) e da entrevista estruturada (Duarte, 2010).

Uma primeira fase metodológica, descrita aqui, envolveu mapear quais são as iniciativas de ensino de acessibilidade comunicativa em cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras. A análise documental nada mais é do que “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2009, p. 271). Pode ser tanto método quanto técnica (Moreira, 2009). Nesta pesquisa é método, uma vez que “pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação” (Moreira, 2009, p. 271). A partir da definição dos documentos para análise - projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementários destes cursos -, partiu-se para a coleta dos mesmos nos sites. Para isso, criou-se um protocolo de coleta para sistematização e registro do processo - o que garante o caráter científico da replicabilidade.

Com os documentos coletados, elaborou-se um protocolo de análise documental, que envolveu a identificação de recorrências de termos e de temas, como a acessibilidade na comunicação e/ou no jornalismo, Libras, pessoas com deficiência, e temas correlaciona-

dos, como cidadania, direitos humanos e democracia - nos quais a acessibilidade poderia aparecer de modo indireto. Todas as recorrências foram registradas e sistematizadas em um documento de texto. Foram anotados dados como nome da universidade, ano do currículo, quais são os documentos encontrados, a identificação das disciplinas mapeadas, menções aos temas e termos procurados, em que parte do documento estes temas estão, quais são os conteúdos que aparecem nas disciplinas e nos documentos, o ementário e bibliografia da disciplina - se aparece -, e a quantificação de recorrência dos termos acessibilidade e Libras. Além disso, também se elencou trechos do documento que são destaques e podem embasar a análise crítica.

A fim de complementar os dados e possibilitar a triangulação dos mesmos para a análise, também foram feitas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (Duarte, 2010). As primeiras são efetivadas por meio de questionários fechados, sem possibilidade de alteração de perguntas (Duarte, 2010). O autor explica que é um tipo de entrevista que é “realizada a partir de questionários estruturados, com perguntas iguais para todos os entrevistados, de modo que seja possível estabelecer uniformidade e comparação entre respostas” (Duarte, 2010, p. 67). É técnica que possibilita a padronização de dados quantificáveis, que permite obter tanto dados quantitativos quanto qualitativos, e deve ser embasada teoricamente. Nesta pesquisa, foi usada para obtenção de dados complementares, por meio de envio de um formulário do *Google Forms* para os cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras. A intenção foi conhecer mais sobre os pontos de vista dos cursos acerca da temática, e também identificar possíveis iniciativas que não estejam oficializadas em documentos curriculares<sup>3</sup>.

Por fim, a entrevista semi-estruturada é definida como um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (Duarte, 2010, p. 66). Apesar de também ser embasada teoricamente, ao contrário da estruturada, permite uma flexibilidade na condução das perguntas, no aprofundamento das mesmas ou em novas questões. O roteiro funciona como guia, ou seja, pode ser alterado a depender do andamento da conversa (Duarte, 2010). As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas com quatro docentes, responsáveis por algumas das disciplinas encontradas no mapeamento da análise documental<sup>4</sup>. Contemplou tópicos como o perfil docente, questões sobre a disciplina de acessibilidade, sobre o interesse dos estudantes e o conhecimento dos profissionais sobre a acessibilidade.

Já a segunda fase metodológica contempla a entrada em campo. A intenção é ir além do mapeamento e compreender a experimentação do ensino em acessibi-

lidade comunicativa na prática, ou seja, dentro da sala de aula. Isso foi feito por meio da inserção da pesquisadora na docência orientada da Disciplina de Jornalismo Impresso II<sup>5</sup> por meio da pesquisa participante. O método surge, primeiramente, nas Ciências Sociais, e tem influência dos movimentos das retomadas democráticas latinoamericanas (Fals Borda, 1994; Brandão, 1994; 1999; Gajardo, 1999). Brandão (1999, p. 8) afirma que “só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento - em alguns casos, um comprometimento - pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga”. Na Comunicação, o método começou a ser usado por volta de 1990, mas com objetos distintos das pesquisas antropológicas e etnográficas: são pauta os usos e apropriações de mídias, questões de consumo e representações (Peruzzo, 2010).

Para a efetivação do método, elaborou-se um plano de trabalho vinculado à docência orientada, com aulas específicas que foram ministradas pela pesquisadora e acompanhadas pela docente responsável, além de um protocolo de pesquisa participante. Para a coleta e registro dos dados, usou-se da observação (Gil, 2008) e do diário de campo (Winkin, 1998), respectivamente. Definida como “o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (Gil, 2008, p. 100), a observação “a) serve a um objetivo formulado de pesquisa; b) é sistematicamente planejada; c) é submetida a verificação e controles de validade e precisão (Sellitz *et al.*, 1967, p. 225)” (Gil, 2008, p. 100).

Já o diário de campo é instrumento essencial para coleta de dados qualitativos, e é frequentemente usado como instrumento em pesquisas que usam de métodos de participação e observação, principalmente nas Ciências Sociais. A manutenção do diário de campo deve ser feita com regularidade, e serve para registro de ações, relatos, impressões, diálogos, observações e emoções daquilo que é observado (Winkin, 1998). Para o autor, “o diário será o lugar do corpo-a-corpo consigo mesmos, ante o mundo social estudado” (Winkin, 1998, p. 138). Em complemento à coleta de dados, as entrevistas estruturadas (Duarte, 2010) foram usadas a fim de compreender e comparar os aprendizados sobre o tema. Foram aplicadas aos estudantes em dois momentos: no início das aulas e no término do semestre. Na pesquisa participante também usou-se da análise documental (Moreira, 2009) para esmiuçar os dados.

---

#### ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA PARA AS TRANS(FORMAÇÕES) DO JORNALISMO

---

A partir da coleta de dados de 24 cursos de Jornalismo<sup>6</sup> de universidades federais, identificou-se, inicial-

**Tabela 1** : Detalhamento da identificação das iniciativas pedagógicas.

Universidade	Disciplina obrigatória	Disciplina optativa
UFC	-	Comunicação e Acessibilidade
UFPB	-	Acessibilidade às Mídias Sociais Acessibilidade às Mídias Audiovisuais
UFRGS	-	Comunicação, Inclusão e Acessibilidade
Unipampa	Teorias e práticas do jornalismo digital	Comunicação e Acessibilidade
UFBA	-	Jornalismo e Direitos Humanos
UFMS	Laboratório de Design em Jornalismo	Laboratório de Criação Visual Digital
UFRN	Laboratório de Mídia Digital	-
UFMS-FW	Introdução à Fotografia	-
UnB	Webdesign em Jornalismo	-

A partir de Wobeto (2025).

mente, que nove delas têm disciplinas sobre acessibilidade comunicativa ou que inserem a temática como parte de disciplinas gerais. São 12 disciplinas, divididas entre obrigatórias e optativas e entre gerais e específicas, das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria - campus Frederico Westphalen (UFMS-FW). A sistematização das disciplinas é feita na Tabela 1.

São, portanto, cinco disciplinas obrigatórias que inserem tópicos de discussão sobre acessibilidade comunicativa, e sete disciplinas optativas. Destas, cinco trazem a acessibilidade no nome. No entanto, são todas optativas, o que significa que elas podem ou não ser ofertadas. O esmiuçamento da análise documental de cada uma das universidades não será detalhado aqui, por questões de espaço, mas alguns resultados são interessantes para direcionar a discussão. Do ponto de vista quantitativo, são nove iniciativas identificadas em um total de 22 universidades<sup>7</sup>. Convertido, o número consiste em uma porcentagem de 40,9%.

No entanto, deve-se levar em consideração que, a partir das entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, identificou-se disciplinas optativas nunca ofertadas, no caso da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além disso, ao apurar a bibliografia utilizada nas disciplinas laboratoriais da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS), identificou-se que o entendimento de acessi-

bilidade é outro e não diz respeito às pessoas com deficiência. Portanto, restam seis iniciativas de um total de 22, ou, em outras palavras, 29,27%. Apesar de não ser ínfimo, o número representa poucos registros públicos e oficiais de disciplinas que abordam, de alguma forma, a temática como conteúdo curricular possível. Em vista disso, são poucas as possibilidades de que estudantes de jornalismo se formem com os conhecimentos necessários para possibilitar a produção de jornalismo com acessibilidade.

Para além da identificação quantitativa de recorrências, similaridades e diferenças, a análise documental foi triangulada com os dados coletados nas entrevistas estruturada e semiestruturada. A partir disso, a análise resulta em alguns pontos de destaque: a) disciplina obrigatória x optativa; b) bibliografias gerais e desatualizadas; c) temáticas emergentes: acessibilidade e diversidades, cidadanias e democracias; d) a relação entre pesquisa e docência; e) sensação de isolamento e preocupação com o futuro; e f) a importância da união entre sensibilização e humanização e entre teoria e prática. A seguir, vamos caracterizar cada uma.

Um primeiro elemento que pode ser percebido a partir da análise é que há uma separação bem definida entre as disciplinas obrigatórias e as optativas, o que resulta em uma dualidade. No primeiro caso, a acessibilidade é inserida como tópico: um exemplo é a disciplina de 'Introdução à Fotografia', da UFMS-FW, em que a temática aparece como elemento de discussão das narrativas fotográficas. O conteúdo é trabalhado principalmente pelos princípios e práticas de descrição de imagens, conforme relatado pela docente responsável. Já no segundo caso, deve-se levar em conta que todas as disciplinas que são nomeadas a partir do termo 'acessibilidade' são optativas. Isso significa que

não há garantia de oferta, além do fato de que as e os estudantes podem escolher cursá-las - ou não. Exemplos são os casos já citados, da UFPB e da UFC, cujas disciplinas previstas nos documentos curriculares nunca foram efetivadas. Existem exceções: Unipampa e UFRGS têm ofertas anuais e semestrais, respectivamente. No entanto, essa concretização parte mais da disposição dos docentes do que do curso. Estes também são pesquisadores da área.

Apesar de não garantirem a oferta e o contato das e dos estudantes com a acessibilidade comunicativa, as disciplinas optativas têm fundamental importância na possibilidade de inserção de conteúdos denominados como fronteirios, o que é o caso da acessibilidade comunicativa. Como mencionado pela Professora 4<sup>8</sup>, da UFRGS, a disciplina 'Comunicação, Inclusão e Acessibilidade' iniciou a partir do curso de Relações Públicas, como optativa - também para Jornalismo e Publicidade e Propaganda - mas com reformulações curriculares, tornou-se obrigatória para RP.

Assim, aponta-se que a temática deve ser considerada transversal nos cursos de Jornalismo - não somente nas disciplinas, mas também na estrutura da universidade e do curso. A preocupação com as estruturas, a arquitetura, as práticas pedagógicas, as metodologias e instrumentos de ensino impactam nas perspectivas de acesso e de pessoas com deficiência no ensino superior. Além disso, no aspecto de formação de profissionais jornalistas - com e sem deficiência -, a noção de transversalidade também deve estar presente. A temática deve ser diluída nas disciplinas gerais basilares, isto é, formas de inserção e aplicação em fotografia, digital, texto, vídeo, áudio, entrevista, entre outros. Mas também deve ter possibilidade de aprofundamento em uma disciplina específica - de Acessibilidade e Comunicação, ou de Acessibilidade e Jornalismo. E que esta seja, de preferência, obrigatória.

Com relação às bibliografias, a análise documental possibilitou identificar que as mesmas são, em sua maioria, gerais e desatualizadas. Apesar das referências brasileiras sobre acessibilidade na comunicação ganharem mais fôlego a partir de 2015 (Wobeto *et al.*, 2024), somente Unipampa (2020) e UFRGS (2017) registram bibliografias relativamente recentes. Há um foco em questões gerais da acessibilidade, que falam sobre a história das pessoas com deficiência, aspectos legislativos, trazem conceituações basilares da grande área, como desenho universal, usabilidade, tecnologias assistivas e terminologias corretas de nomeação dos públicos com deficiência. Somente a Unipampa aprofunda a ementa para trazer um ponto de vista comunicacional e jornalístico - o que é fundamental para abordar a especificidade de cada curso, ao mesmo tempo em que deve haver um diálogo com os outros perfis profissionais da Comunicação. Ainda, registra-se que,

na medida do possível, as referências devem ser oficializadas em ementas, súmulas e/ou planos de ensino. Uma das questões levantadas pela Professora 4 é de que as disciplinas sobre acessibilidade se concentram nos mesmos professores. A formalização das referências e atividades torna-se fundamental principalmente no caso de ausência desses docentes, seja por licença seja por aposentadoria.

Em outro ponto, destaca-se a potencialidade de colocar a acessibilidade comunicativa ao lado de outras temáticas emergentes. A análise documental apontou que, em sua maioria, as disciplinas mapeadas se circunscrevem em aspectos teóricos. O pouco tempo disponível e a falta de conhecimentos básicos sobre acessibilidade - por parte das alunas e dos alunos - foram aspectos citados pelas Professoras 1 e 4. A partir disso, a discussão da temática não pode se dar de maneira isolada: alinhadas, teoria e prática permitem a construção do pensamento e atuação críticas; ao aliar o debate com outros cursos da Comunicação, pode-se pensar a perspectiva integrada que se repete no mercado de trabalho; e, também, deve-se considerar as interseccionalidades e a inserção desta ao lado de outras temáticas, como gênero, raça, território, classe, orientação sexual e crise climática. A acessibilidade deve estar entre estes debates, inclusive pelo corpo com deficiência ser uma minoria esquecida (Hernández-Flores, 2021).

A pesquisa e a docência se interligam: nos casos analisados, em que foi possível conversar com as e os docentes, estes também são pesquisadores da acessibilidade comunicativa. O tema vem até os/as pesquisadores/as de diferentes formas: a Professora 4 (UFRGS) já tinha feito pesquisas na área; a Professora 2 (UFPB) é uma pessoa com deficiência, e a acessibilidade tornou-se, em um primeiro momento, uma certa imposição pela característica de representatividade<sup>9</sup>; já a Professora 1 (UFSM-FW) e o Professor 2 (Unipampa) relatam que se interessaram pela temática no momento em que receberam estudantes com deficiência em suas disciplinas, ou seja, estes foram uma presença-incômodo ao mobilizarem mudanças nas maneiras de compreensão e exercício da docência.

Ainda na perspectiva docente, é comum o sentimento de isolamento destes profissionais. Isto porque, por serem os únicos a conhecer a acessibilidade na comunicação, ocorre uma certa centralização desse saber - e, consequentemente, do ensino. Assim, estes docentes - que também pesquisam a acessibilidade - criam disciplinas que a tematizam. Uma consequência é que a oferta e o ensino acabam por depender dos mesmos. O isolamento também significa uma preocupação com o futuro - da disciplina e da formação -, uma vez que ciclos docentes se encerram. Um questionamento levantado pela Professora 4 (UFRGS) é quem assumirá a responsabilidade pela disciplina obrigatória quando ela se aposentar - data que está próxima.

Um aspecto destacado nas entrevistas é a importância de que as aulas tenham um tom de sensibilização da temática e humanização das pessoas com deficiência. A técnica, de como acessibilizar produtos jornalísticos, é fundamental para efetivar a possibilidade de acesso à informação e comunicação por pessoas com deficiência. No entanto, sem a crítica e sem a sensibilização para a importância da acessibilidade, a discussão se esvazia. A história de marginalização e exclusão das pessoas com deficiência, suas lutas por direitos, os aspectos legislativos que obrigam a comunicação acessível, as formas corretas de nomear estes públicos, quais os impactos de representações midiáticas capacitistas, questões éticas de atuação das e dos jornalistas e a acessibilidade comunicativa como preceito profissional são formas possíveis de sensibilizar as e os estudantes.

Além disso, considera-se fundamental a união entre a teoria e a prática. “Ao se fechar na técnica, corre-se o risco de incorrer em conhecimentos meramente tecnicistas. Ao se cercar apenas da discussão teórica de direitos e lacunas, pode-se incorrer na ausência de saberes acessíveis sobre como tornar uma narrativa tecnicamente acessível. Ou seja, saber o por que é essencial fazer, mas não o como fazer” (Wobeto, 2025, p. 174). A união da prática com a teoria permite a construção da crítica e a atuação reflexiva. Assim, tem-se uma formação que seja, ao mesmo tempo, humanista e técnica - também ao atravessar os eixos de formação de maneira transversal.

Isto posto, descreve-se brevemente algumas considerações sobre a experiência em docência por meio da pesquisa participante (Peruzzo, 2010; Martino, 2018) na docência orientada da Disciplina Jornalismo Impresso II. Esta é obrigatória para o terceiro semestre do curso, e, em caráter teórico-prático, desenvolve a produção de reportagens em uma revista-laboratório (Barbosa, 2021)<sup>10</sup>. Metodologicamente, simula uma redação e um processo produtivo em que as e os estudantes são repórteres e, além disso, também exercem uma segunda função - revisão, edição, fotografia, diagramação, capa, redes sociais e supervisão de descrição de imagens (Borelli *et al.*, 2024). Um dos motivos pela escolha da disciplina para a feitura da pesquisa se deu, justamente, por conta dela ter a descrição de imagens como parte do processo produtivo (Borelli *et al.*, 2021).

A partir da investigação e de pesquisas anteriores, reformulou-se o plano de ensino para incluir mais teorias, bibliografias e práticas de acessibilidade, a partir das maneiras de inserir tecnologias assistivas em um processo de produção jornalística (Wobeto, 2023). Além do aprimoramento do processo de produção e supervisão das descrições de imagens, foram incluídos os seguintes conteúdos e tarefas: a discussão e crítica

das representações midiáticas capacitistas, as formas corretas de nomear pessoas com deficiência e atividade de identificação destas representações; diagnóstico da presença de descrições de imagens em notícias e reportagens e possibilidades de melhorias; identificação de legendagens e acessibilidade cromática em produtos jornalísticos; planejamento e efetivação da acessibilidade das reportagens produzidas; e a descrição de imagens de cada uma das reportagens. Todos estes processos foram acompanhados e supervisionados pelas pesquisadoras. Em resumo, consistem em aulas teóricas, atividades práticas e a reflexão sobre a temática durante todo o processo de produção das reportagens.

Este recorte trouxe muitas possibilidades e elementos analíticos. Por conta de espaço, não será possível aprofundar a análise documental da pesquisa participante. No entanto, considera-se importante refletir sobre a experimentação e as possibilidades que o ensino de acessibilidade comunicativa traz para a formação das e dos jornalistas. Com base teórica e metodológica em Freire (1968; 1992; 1996; 1997a; 1997b) e Freire & Faundez (1985), a sala de aula permitiu a práxis, ou seja, a união da teoria com a prática, que permite a construção da crítica.

A pedagogia freireana como base teórico-metodológica foi uma escolha proposital. A práxis como prática reflexiva (Freire, 1968) é essencial para a união de elementos teóricos e práticos, o que implica na possibilidade de crítica. Os movimentos de ação-reflexão-ação (Freire, 1968) implicam em um *quefazer*, ou seja, perceber o mundo, refletir e agir a partir disso. Nas práticas pedagógicas do ensino do jornalismo, considera-se pertinente o uso de algumas ferramentas apontadas pelo autor como possíveis para uma educação libertadora. Para a construção da crítica e da reflexão, são essenciais a pergunta (Freire & Faundez, 1985), o diálogo (Freire, 1968) e o contexto em que vivem as e os estudantes (Freire, 1968) - o que implica no reconhecimento e valorização de seus conhecimentos e experiências. O incentivo às perguntas sobre a acessibilidade comunicativa e suas lacunas, aspectos de representação dos públicos com deficiência e a ausência de direitos são questionamentos válidos, temáticas que podem render o diálogo também a partir de relatos das e dos estudantes. Implica, portanto, na crítica.

Já a autonomia (Freire, 1996), a esperança (Freire, 1972) e os temas geradores (Freire, 1968) possibilitam a prática e a ação. Para o autor, “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando” (Freire, 1996, loc. 742). Já a esperança é elemento fundamental para a crença na possibilidade de que o jornalismo mude em sua relação com a acessibilidade. “Esperançar na educação anticapacitista, portanto, significa crer nos e nas estudantes que se ensina, crer que, a partir da sala de

aula e da formação de ação e reflexão, é possível criar novas crenças e valores a serem compartilhados pela próxima geração de jornalistas” (Wobeto, 2025, p. 100). Já os temas geradores, a partir da discussão crítica da acessibilidade e suas ausências no jornalismo, foram essenciais para provocar o debate.

Com o andamento das aulas, foi possível perceber o envolvimento das e dos estudantes com o conteúdo, e, ao mesmo tempo, a proatividade dos mesmos na inserção da acessibilidade nas atividades. Cita-se dois exemplos: o primeiro se dá quando houve a apresentação das possibilidades de capa da revista, e uma dupla de estudantes relataram que, para a escolha das cores, fizeram teste cromático da paleta. No mesmo sentido, quando a equipe responsável pelas redes sociais apresentou a proposta de *layout* para a identidade visual, contou que também fizeram o mesmo teste. Ao final das aulas, alguns estudantes afirmaram que o contato com a acessibilidade comunicativa na disciplina foi fundamental, que antes não tinham refletido sobre a importância e as formas de inserir tecnologias assistivas no jornalismo, e que consideram que este conhecimento deveria estar em todas as disciplinas. Além disso, duas estudantes relataram que, a partir disso, começaram a inserir a descrição de imagens, a legendagem e a disponibilização da íntegra dos roteiros em um projeto de rádio em que participam.

A experiência em sala de aula, aliada à revisão de literatura, discussão teórica e à análise documental permitiu a criação de proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas. Foi possível estabelecer 20 premissas para esta inserção - e que envolvem não apenas discussões teóricas e práticas, mas também aquelas que atravessam as estruturas e pedagogias dos cursos e das universidades. São elas:

1. Incluir a acessibilidade comunicativa como transversal ao curso de Jornalismo, ao lado de outras temáticas emergentes, como diversidade, gênero, raça, território, sexualidade, corpo, idade, questões religiosas e crise climática;
2. Reconhecer e discutir a história de luta por direitos das pessoas com deficiência;
3. Promover ações e atividades de discussão da acessibilidade na relação com a cidadania, a democracia e os direitos humanos;
4. Discutir questões de legislação na relação com o direito de acesso à informação;
5. Debater a questão do discurso e da linguagem, da reprodução de estereótipos, preconceitos e termos capacitistas;

6. Problematizar estruturas e espaços inacessíveis, o que inclui a própria universidade e a sala de aula;

7. Fazer valer o lema ‘Nada sobre nós, sem nós’, ao incluir pessoas com deficiência como convidadas para participar das aulas, mas também inseri-las por meio de referências bibliográficas, materiais didáticos e produtos midiáticos online;

8. Reconhecer as subjetividades das e dos estudantes;

9. Valorizar opiniões, experiências de consumo e de vida das e dos discentes;

10. Proporcionar abertura para o diálogo e as perguntas;

11. Sensibilizar as e os estudantes para a temática por meio de exemplos de acessibilidade e inacessibilidade e de discursos capacitistas e outros que valorizam a diversidade dos corpos com deficiência;

12. Reconhecer as bases teóricas e práticas da profissão;

13. Compreender processos produtivos e sua interrelação com a teoria;

14. Aprender tecnologias assistivas a partir da perspectiva do desenho universal;

15. Considerar a acessibilidade como preceito profissional e provocar nas e nos discentes esse entendimento por meio do diálogo;

16. Incluir, na formação, a possibilidade de diálogo com outros perfis profissionais;

17. Usar a pergunta e o diálogo como ferramentas para a autonomia na construção de produtos acessíveis e da crítica;

18. Atualizar referências bibliográficas e exemplos, a fim de trazer novidades sobre a temática para a sala de aula;

19. Perguntar a opinião das e dos estudantes sobre as aulas (conteúdos, exemplos, referências, tarefas, entre outros) e quais seriam possíveis sugestões de melhoria;

20. Cobrar que as estruturas da universidade e do curso pensem sobre a acessibilidade, tanto

do aspecto físico e estrutural quanto instrumental, metodológico e pedagógico<sup>11</sup>.

Além disso, indicou-se formas de inserir a temática em disciplinas basilares do curso de Jornalismo - Teorias do Jornalismo, entrevista, fotografia, texto e impresso, radiojornalismo, telejornalismo e jornalismo digital -, àquelas comuns aos outros cursos de Comunicação - cidadania, democracia e direitos humanos - e diretrizes para criação de disciplinas específicas da temática, que permitem um aprofundamento do conhecimento - Comunicação e Acessibilidade e Jornalismo e Acessibilidade.

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Enquanto campo de formação e prática, o jornalismo precisa de transformações nas formas de compreender o que significa o acesso à informação e à comunicação. É urgente a inserção do debate sobre a acessibilidade comunicativa, uma vez que é uma questão de direitos, de preceito ético profissional, e também estratégica - de ampliação de públicos consumidores. Portanto, pensar a experiência da acessibilidade comunicativa a partir da sala de aula - espaço de formação de futuros profissionais - ajuda a refletir as possibilidades de transformação do jornalismo. Propõe-se outra perspectiva para a formação dos jornalistas: a partir da problemática da acessibilidade. Este é, de certa forma, um movimento de resistência às teorias e metodologias postas e reforçadas a partir de bases positivistas e eurocêntricas (Veiga, 2015).

Como prática social, o jornalismo é profissão que se coloca como representativa da diversidade social (Benetti, 2013). Também é comum encontrar a assertiva deste como quarto poder (Traquina, 2005), como cão de guarda da sociedade (Marcondes Filho, 2000), como defensor da democracia (Traquina, 2005; Genro Filho, 2012). Não que estes não sejam papéis ocupados, em alguma medida, pela profissão. No entanto, deve-se levar em conta a restrição dos públicos quando se considera e se questiona quem é público do jornalismo e, portanto, cidadão (Beraldo, 2021). Em outras palavras, quando exclui milhares de pessoas da possibilidade de acesso à informação, reforça-se a atuação do jornalismo como produtor de exclusões informacionais, ou seja, a geração e reforço de barreiras comunicativas em produtos e processos jornalísticos e comunicacionais (Wobeto, 2025). Às pessoas com deficiência, portanto, é negada a possibilidade de escolha e de autonomia sobre os produtos informacionais que querem consumir (Wobeto & Borelli, 2025). Isso ocorre também pelas representações discursivas dos públicos com deficiências em notícias e reportagens e que são, grande parte das vezes, reproduzidas de estigmas sociais e de preconceitos (Peñas & Hernández, 2019;

Wobeto & Borelli, 2020; Freitas, 2021; Araújo-Freitas & Silva, 2024).

É, portanto, uma lacuna técnica, mas que incide nas possibilidades de acesso e partilha de informações. Também é uma questão produtiva uma vez que há sub-representação das pessoas com deficiências como profissionais jornalistas, e pouca inserção de acessibilidade comunicativa em processos produtivos jornalísticos, como demonstra a pesquisa da Web Para Todos (2024). No primeiro caso, deve-se considerar que as pessoas com deficiência não aparecem no Perfil do Jornalista Brasileiro (Retij/SBPJor, 2021). Mesmo que sejam minoria, jornalistas com deficiência existem<sup>12</sup>. Entre os motivos da pouca presença destes em redações estão a intrincada relação entre o capitalismo e o capacitismo (Marco, 2020), que condiciona lógicas industriais e meritocráticas de produção de informação (Wobeto, 2025). Isto incide, também, na presença de pessoas com deficiência no ensino superior: além de discutir cotas de ingresso para este público, deve-se debater políticas de permanência, que envolvem, muitas vezes, a presença de barreiras de acesso à sala de aula, como escadas como única forma de chegar ao segundo andar de um prédio (Cabral, 2018; Gesser *et al.*, 2023).

Ao explorar a sala de aula como espaço de experimentação de conhecimentos que estão em movimento, a experiência colabora com a discussão sobre a necessidade de inserção da acessibilidade nos currículos de jornalismo. A pesquisa se propôs a ir a campo e provocar incômodos - e mudanças - nas estruturas dos cursos e na formação das e dos estudantes matriculados. Foi um movimento de plantar sementes em uma área ainda com poucas árvores, na qual já podem ser vistos alguns brotos a partir da conscientização e iniciativas das e dos estudantes.

A investigação ainda tem outras várias nuances e elementos analíticos que podem ser explorados, tanto na disciplina específica do curso de Jornalismo quanto da optativa. Além disso, em outro momento, queremos explorar as questões teóricas e metodológicas do embasamento na pedagogia freireana como base para práticas pedagógicas do jornalismo pautadas na acessibilidade comunicativa. As possibilidades de reflexão são profícuas e permitem estabelecer um diálogo também com outras áreas do conhecimento, como a Comunicação.

---

Recebido em: 15/04/2025

Aceito em: 12/01/2026

## NOTAS

<sup>1</sup> São divididas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, atitudinais, tecnológicas, e nas comunicações e na informação (Brasil, 2015). Na comunicação, significa dificuldade ou impedimento da “expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Brasil, 2015, s.p.).

<sup>2</sup> Em sua pesquisa, Pedrosa (2020) identificou a descrição de imagens em notícias como elemento de melhora algorítmica do SEO de sites de notícias, o que permite a melhora no ranqueamento de sistemas de busca, como o Google. Quando inserida, a descrição de imagens reforça elementos textuais e imagéticos daquela notícia, o que melhora sua classificação neste ranqueamento. Isso implica na maior possibilidade de que os veículos apareçam na primeira página de resultados de uma pesquisa de buscadores na internet.

<sup>3</sup> Em muitos casos, os documentos de cursos estão desatualizados. Mesmo com um ementário padrão, é comum a prática docente de atualizar os planos de ensino e bibliografias conforme os avanços de pesquisa e de novas percepções sobre a temática. Mas muitas vezes essa atualização não está refletida nos documentos iniciais.

<sup>4</sup> Tentou-se contato com todos os docentes das iniciativas mapeadas, mas nem todos retornaram o contato.

<sup>5</sup> Obrigatória para o terceiro semestre do curso de Jornalismo da UFSM, desenvolve práticas de acessibilidade no processo produtivo de uma revista-laboratório desde 2017, a partir do projeto de ensino ‘Desenvolvimento de revistas digitais acessíveis no curso de Jornalismo’ (2017-2022). Em 2024, foi reformulado para incluir mais tecnologias assistivas no processo produtivo, a partir do projeto de ensino ‘Desenvolvimento de práticas acessíveis na produção de revista-laboratório’ (2024-2029).

<sup>6</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Maria - Frederico Westphalen (UFSM-FW), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

<sup>7</sup> Considera-se as iniciativas por universidades. O número 22 se destaca porque não foi possível ter acesso aos documentos da UFPI e UFJF

<sup>8</sup> Por conta dos procedimentos éticos da pesquisa, o nome das e do docente entrevistados são preservados. Já referir o nome das universidades e das disciplinas torna-se obrigatório pela análise documental. A ordem de nomeação da numeração dos docentes segue a ordem de realização das entrevistas.

<sup>9</sup> Em entrevista, a Professora 2 relatou que, em um primeiro momento, pesquisava outras questões sobre o jornalismo. Por ter deficiência visual, foi chamada às pesquisas e orientações de estudantes que se interessavam pela temática. Ela conta que, inicialmente, não tinha interesse, mas com o tempo passou a gostar de estudar a temática.

<sup>10</sup> A pesquisa participante também foi efetivada a partir de uma segunda disciplina, optativa e com foco na acessibilidade na Comunicação, e criada a partir da dissertação. No entanto, não será explorada neste artigo, por ter entrelaçamentos com os outros cursos de Comunicação da Universidade, e por este artigo ter como enfoque o jornalismo.

<sup>11</sup> “As 20 premissas não estão em ordem de importância, mas organizadas a partir da estrutura do curso (1), da discussão teórica sobre discurso (2 a 7), da valorização do papel discente no processo de ensino-aprendizagem (8 a 11), da perspectiva técnica da construção de narrativas acessíveis (12 a 15), do ponto de vista metodológico (16 a 19) e estrutural (20)” (Wobeto, 2025, p. 242).

<sup>12</sup> Em reportagem, Flávia Rocha - jornalista com deficiência - relata a existência destes profissionais e os preconceitos sofridos. Pode ser acessada por meio deste link: <https://jornalistascomdeficiencia.wordpress.com/> Acesso em: 12/04/2025.



## REFERÊNCIAS

- ABNT. (2016). *NBR 16452*. Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Almeida, G., Oliveira, G. F., Lourenção, C. Vi., & Maciel, S. (2024). Tecnologias e recursos de acessibilidade para a promoção do acesso à informação: Contribuições do Laboratório Biblioteca Falada. In F. P. A. Leite (Ed.), *A inteligência artificial e as tecnologias de informação: As implicações para a pessoa com deficiência e para a pessoa idosa* (pp. 191–209). e-Publicar. <https://drive.google.com/file/d/15-k6mvY-cUY13UxWB7rLBBzYnJGgcytvk/view>
- Araujo de Freitas, T., & Silva, T. (2024). Inclusión discursiva de mujeres con discapacidad y el potencial del periodismo para producir representaciones emancipadoras. *Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación*, 65, 111–130. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2024.i65.06>
- Barbosa, K. G. (2021). Revista-laboratório. In A. Zamin & R. Schwaab (Eds.), *Tópicos em jornalismo: Redação e reportagem* (pp. 205–214). Insular. <https://bit.ly/3Zj5cmM>
- Benetti, M. (2013). *Revista e jornalismo: Conceitos e particularidades*. Penso.
- Beraldo, C. (2024). *Como jornalistas podem garantir acessibilidade em seus produtos digitais? Curso de especialização*. Centro Knight para o Jornalismo nas Américas.
- Beraldo, C. T. (2021). “Quem cabe no seu todos?” *Jornalismo e deficiência visual: Um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38334>
- Berni, F. C. (2021). *A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: Um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. <https://bit.ly/3Oo4jH7>
- Bisol, C. A., Pegorini, N. N., & Valentini, C. B. (2017). Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Cadernos de Pesquisa*, 24(1), 87–100. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v24n1p87-100>
- Bonito, M. (2016). A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. *Âncora: Revista Latino-Americana de Jornalismo*, 3(1), 175–193. <https://bit.ly/4qf5JRP>
- Bonito, M. (2015). *Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>
- Bonito, M., & Guimarães, L. (2023). (Re)pensar as deficiências das mídias e dos processos comunicacionais. In S. Barbosa (Ed.), *#ACESSAJOR: Por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador* (pp. 91–104). LabCom. <https://bit.ly/3NVXZql>
- Bonito, M., & Santos, L. C. (2019). Repensar os processos e as práticas jornalísticas pela ótica da acessibilidade comunicativa. *Alterjor*, 20(2), 133–147. <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/155316>
- Borelli, V., Wobeto, S., & Immig, T. (2024). *Manual da TXT: Um guia de redação e estilo*. Universidade Federal de Santa Maria. <https://www.ufsm.br/editoras/facos/manual-da-txt>
- Borelli, V., Romero, L. M., Furlanetto, P., & Bald, R. M. (2021). Comunicação inclusiva: Desenvolvendo acessibilidade na rotina de produção de uma revista de laboratório. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social Disertaciones*, 15(1), 1–13. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.10125>
- Brandão, C. R. (Ed.). (2006 [1994]). *Pesquisa participante*. Brasiliense.
- Brandão, C. R. (Ed.). (1999). *Repensando a pesquisa participante*. Brasiliense.
- Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. <https://bit.ly/45RHLVf>
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.436*. <https://bit.ly/4aeCOqK>
- Cabral, L. S. A. (2018). Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(57), 1–33. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3364>
- Carvalho, C. A. (2023). *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador*. CRV. <https://bit.ly/3MpVzQf>
- Couldry, N., & Hepp, A. (2020). *A construção mediada da realidade*. Unisinos.
- Daros, O. (2024). *História e conhecimento do jornalismo no Brasil*. Insular.
- Duarte, J. (2010). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 62–83). Atlas.
- EBC. (2018). *NOR 704*. Empresa Brasileira de Comunicação. <https://bit.ly/4r1dkoj>
- Educação, C. A. (n.d.). *O que é descrição de imagens?* CAED/Universidade Federal de Santa Maria. <https://bit.ly/4byROCP>
- Ellcessor, E., Hagood, M., & Kirkpatrick, B. (2021). Rumo a um campo de estudos de deficiência e mídia. *Revista Culturas Midiáticas*, 15, 6–37. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.61469>
- Estatística, I. B. G. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD): Pessoas com deficiência 2022*. <https://acesse.one/Ve3s4>
- Fals Borda, O. (2006 [1994]). Aspectos teóricos da pesquisa participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. R. Brandão (Ed.), *Pesquisa participante* (pp. 42–62). Brasiliense.
- Fenaj. (2007). *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Federação Nacional dos Jornalistas. <https://11nq.com/DiU47>
- Ferraz, C. V., Leite, G. S., & Leite, G. S. (Eds.). (2012). *Manual dos direitos da pessoa com deficiência*. Saraiva.
- Freire, P. (2011 [1996]). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2022 [1992]). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2022 [1968]). *Pedagogia do oprimido*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2021 [1997a]). *Direitos humanos e educação libertadora: Gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. Paz & Terra.

- Freire, P. (2021 [1997b]). *Educação e mudança*. Paz & Terra.
- Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Paz & Terra.
- Freitas, T. A. (2021). *Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229194>
- Freitas, T. A., & Silva, T. (2025). Reconhecidas, mas silenciadas: As pessoas com deficiência representadas nas notícias do Portal G1. *Mídia & Cotidiano*, 19(1), 10–30. <https://doi.org/10.22409/rmc.v19i1.58894>
- Gajardo, M. (1999). Pesquisa participante: Propostas e projetos. In C. R. Brandão (Ed.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 15–50). Brasiliense.
- García Muñoz, Ó. (2015). Lectura fácil, accesibilidad a los contenidos escritos. In D. J. Marín (Ed.), *Compartiendo accesibilidad* (pp. 153–158). Universidad Internacional de Andalucía. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5215498>
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Gesser, M., Block, P., & Leite, L. P. (2023). Do capacitismo ao acesso coletivo no ensino superior. In S. E. S. O. & A. P. C. Ciantelli (Eds.), *Inclusão universitária no século XXI: Dilemas atuais* (pp. 79–109). Cultura Acadêmica.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gomes, S. R., & Moutinho, M. C. B. (2021). Identidades mediatizadas: O enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. *Revista Culturais Midiáticas*, 15, 308–326. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.60174>
- González, V. (2021). El desafío de incluir la discapacidad en la televisión en Latinoamérica. In R. Alves (Ed.), *Diversidad en periodismo latinoamericano* (pp. 118–125). Centro Knight para el Periodismo en las Américas. <https://sl1nk.com/XDWyV>
- González-Perea, L. (2018). La accesibilidad de los medios de comunicación digitales en España: Responsabilidad de los periodistas en la generación de contenidos inclusivos. *Index. comunicación*, 8(1), 225–253. <https://sl1nk.com/qh47v>
- Hernández-Flores, P. (2021). Por una cobertura sobre discapacidad con perspectiva de derechos humanos. In R. Alves (Ed.), *Diversidad en periodismo latinoamericano* (pp. 133–141). Centro Knight para el Periodismo en las Américas. <https://sl1nk.com/XDWyV>
- Kuppers, P. (2004). *Disability and contemporary performance: Bodies on edge*. TJ International.
- Maciel, S., & Silva, A. F. (2017). Mídia sonora como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. In L. P. Leite, S. E. S. O. Martins, & L. M. Villela (Eds.), *Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior* (pp. 59–72). Cultura Acadêmica. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2644-1.pdf>
- Marco, V. (2020). *Capacitismo: O mito da capacidade*. Letramento.
- Marcondes Filho, C. (2000). *A saga dos cães perdidos*. Hacker Editores.
- Martino, L. M. S. (2018). *Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas*. Vozes.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 3(1), 5–15.
- Ministério da Educação. (2009). *Diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo*. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/07/07.pdf>
- Ministério da Educação. (2013). *Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013*. <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1463/resolucao-ces-cne-n-1>
- Medina, A. (2021). Discapacidad. In R. Alves (Ed.), *Diversidad en periodismo latinoamericano* (pp. 108–117). Centro Knight para el Periodismo en las Américas. <https://sl1nk.com/XDWyV>
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Zahar.
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipelago.
- Moreira, S. V. (2010). Análise documental como método e como técnica. In J. Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2nd ed., pp. 269–279). Atlas.
- Motta, L. M. V. M. M., & Filho, P. R. (Eds.). (2010). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. <https://acesse.one/kdASJ>
- Naves, S. B., et al. (Ed.). (n.d.). *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Ministério da Cultura & Secretaria de Audiovisual. <https://sl1nk.dev/4AtQO>
- Pedrosa, L. L. C. (2020). *SEO on-page no jornalismo: Fatores algorítmicos como lixeira aos buscadores* [Doctoral dissertation, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. <https://sl1nk.com/QTDCs>
- Pereira, T. R. (2021). *Princípios e perspectivas de acessibilidade em relação às cores: Um guia de boas práticas sobre daltonismo para profissionais da indústria criativa*. Universidade Federal de Santa Maria. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24809>
- Peruzzo, C. M. K. (2010). Observação participante e a pesquisa-ação. In J. Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2nd ed., pp. 125–145). Atlas.
- Peñas, E., & Hernández, P. (2019). *Guia de estilo sobre discapacidad para profesionales de los medios de comunicación*. Real Patronato sobre Discapacidad. <https://sl1nk.com/jjOx>
- Piovesan, F. (2012). Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: Inovações, alcance e impacto. In C. V. Ferraz, G. S. Leite, & G. S. Leite (Eds.), *Manual dos direitos da pessoa com deficiência* (pp. 42–64). Saraiva.
- Piccolo, G. M. (2022). *O lugar da pessoa com deficiência na história: Uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*. Appris.
- RETIJ. (2021). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Universidade Federal de Santa Catarina & Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas. <https://sl1nk.com/MHF99>
- Romancini, R., & Lago, C. (2007). *História do jornalismo no*

Brasil. Insular.

Salton, B. P., Dall'Agnol, A., & Turcatti, A. (2017). *Manual de acessibilidade em documentos digitais*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. <https://l1nq.com/dyniL>

Silva, O. M. (1987). *Epopeia ignorada*. CEDAS.

Sodré, N. W. (1966). *A história da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira.

Todos Web para Todos. (2024). Apenas 2,9% dos sites brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade, aponta pesquisa. *Web para Todos*. <https://l1nq.com/dnIp4>

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Volume I: Por que as notícias são como são*. Insular.

Vanderlei, D. R., Caruso, F. N. O., Sant'Anna, L. R. G., & Maciel, S. (2015). Acessibilidade e inclusão: Projeto Biblioteca Falada e a audiodescrição de produtos audiovisuais. *Revista Panorama*, 5(1), 24–30. <https://doi.org/10.18224/pan.v6i1.4859>

Veiga, M. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: Um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>

Wille, J., Mombach, J., Grings, J., Almeida, L. C., & Jung, P. (2019). *Minimanual de acessibilidade comunicacional*. Programa de Educação Tutorial – Comunicação Social & Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Maria. <https://l1nq.com/ZHJEI>

Winkin, Y. (1998). *A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo*. Papirus.

Wobeto, S. (2023). *A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos*.

Universidade Federal de Santa Maria. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28896>

Wobeto, S. (2025). *Proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas* [Master's thesis, Universidade Federal de Santa Maria]. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/34520>

Wobeto, S., & Borelli, V. (2025). Circulação e acessibilidade comunicativa: Quando o acesso à notícia é barreira. *Comunicação & Informação*, 26, 1–21. <https://doi.org/10.13037/ci.vol26.e20259982>

Wobeto, S. L., & Borelli, V. (2020). Construção jornalística da pessoa com deficiência e a ênfase na superação. *10º JPJOR*.

Wobeto, S., Borelli, V., & Romero, L. (2024). Acessibilidade comunicativa: Palavra-chave para um jornalismo democrático e cidadão. *Âmbitos: Revista Internacional de Comunicación*, 65, 90–110. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2024.i65.05>

Wobeto, S., Borelli, V., & Romero, L. (2023). Acessibilidade e pessoas com deficiência: Análise da cobertura do portal G1. *Dispositiva*, 12(22), 232–249. <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967.2023v12n22p232-249>

Wobeto, S., Romero, L. M., & Borelli, V. (2024). A acessibilidade nas pesquisas em comunicação: Uma revisão de literatura. *Vozes e Diálogo*, 23(2), 68–84. <https://doi.org/10.14210/vd.v23n2.p68-84>

Wobeto, S., Romero, L., & Borelli, V. (2021). Análise quantitativa da cobertura jornalística sobre acessibilidade e pessoas com deficiência. In *44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom* (pp. 1–15). <https://sl1nk.com/uvPxe>

World Wide Web Consortium. (2018). *Web content accessibility guidelines (WCAG) 2.1*. <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>



---

## RESUMO | RESUMÉ | ABSTRACT

---

### **Transformar o jornalismo pela acessibilidade comunicativa**

Repensar o campo e a profissão a partir da sala de aula

### **Transformation du journalisme et accessibilité communicationnelle**

Repenser le champ et la profession à partir de la salle de cours

### **Transforming Journalism Through Communicative Accessibility**

Rethinking the Field and Profession from the Classroom

**Pt.** O artigo objetiva discutir adaptações e transformações do jornalismo com vistas à acessibilidade comunicativa e resulta de parte da pesquisa de mestrado. Problematisa-se o direito constitucional de acesso das pessoas com deficiência à informação e à comunicação e tensiona-se a ausência de práticas acessíveis do mercado de trabalho do jornalismo. A falta de tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência exclui milhares delas da possibilidade de acesso e, conseqüentemente, de garantia da cidadania. Para discutir tais questões, recupera-se a historicidade do jornalismo brasileiro e o princípio das escolas de formação para reafirmar as mídias como deficientes (Bonito & Guimarães, 2023), ou seja, que não inserem estes públicos como preocupação para o consumo nem na narrativa oficial. Com isso, públicos com deficiências diversas ficam excluídos da possibilidade de escolher por qual meio se informar (Wobeto & Borelli, 2025). Por meio de análise documental (Moreira, 2009), entrevistas semi-estruturadas e estruturadas (Duarte, 2010), triangulam-se dados para mapear as iniciativas de inserção da acessibilidade comunicativa em currículos de cursos de Jornalismo de instituições federais brasileiras. De 22 universidades analisadas, apenas seis têm disciplinas que abordam a acessibilidade comunicativa. Aquelas que são específicas da temática são optativas, o que exige a possibilidade de oferta para que as e os estudantes possam escolher cursá-las. Apresenta-se e discute-se exemplos de práticas acessíveis para as pessoas com deficiência na formação de jornalistas. Também faz-se relato de experiência da inserção da pesquisadora em sala de aula, por meio da docência orientada vinculada à pesquisa participante (Peruzzo, 2010), em que experimentou-se práticas pedagógicas de ensino de acessibilidade comunicativa em duas disciplinas (sendo uma delas criada a partir da dissertação). Com isso, foi possível elaborar 20 premissas para a inserção da acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas e, conseqüentemente, são feitas proposições teóricas e práticas para esta inserção, que deve ser transversal.

**Palavras-chave:** acessibilidade comunicativa; formação de jornalistas; transformações do jornalismo; acesso à informação.

**Fr.** Cet article, issu d'une recherche de master, examine les adaptations et évolutions du journalisme dans une optique d'accessibilité communicationnelle. Il interroge le droit constitutionnel d'accès à l'information et à la communication pour les personnes en situation de handicap, face à l'absence de pratiques accessibles sur le marché du travail journalistique. Le manque de technologies d'assistance exclut des milliers de personnes d'un tel accès, ce qui entrave l'exercice de leur citoyenneté. Nous replaçons ces questions dans le contexte historique du journalisme brésilien et revenons sur le principe des écoles de formation pour réaffirmer que les médias sont déficients (Bonito & Guimarães, 2023), en ce sens qu'ils ne tiennent compte de ces publics dans leur stratégie d'audience, ni dans leur discours officiel. Des publics porteurs de divers handicaps sont ainsi privés de la possibilité de choisir par quel moyen s'informer (Wobeto & Borelli, 2025). À partir d'une analyse documentaire (Moreira, 2009) et d'entretiens semi-structurés ou structurés (Duarte, 2010), nous avons triangulé les données pour cartographier les initiatives d'insertion de l'accessibilité communicationnelle dans les cursus de journalisme des établissements fédéraux brésiliens. Sur les 22 universités analysées, seules six dispensent des cours qui abordent cette question. Les matières qui y sont spécifiquement consacrées sont facultatives et doivent donc être proposées pour que les étudiants puissent choisir de les suivre. Nous présentons et dis-

cutons ici plusieurs exemples de pratiques accessibles aux personnes en situation de handicap au sein de la formation des journalistes. Nous partageons également une expérience d'insertion de la chercheuse en salle de cours dans le cadre d'une recherche participante (Peruzzo, 2010), durant laquelle des pratiques pédagogiques d'enseignement de l'accessibilité communicationnelle ont été mise en place dans deux matières (dont l'une a été créée à partir du mémoire de master). Sur cette base, il a été possible de dégager 20 principes pour intégrer l'accessibilité communicationnelle dans la formation des journalistes, puis de formuler des propositions théoriques et pratiques en vue de cette intégration, qui doit être transversale.

**Mots-clés :** accessibilité communicationnelle, formation des journalistes, transformations du journalisme, accès à l'information.

**En.** This article discusses adaptations and transformations in journalism with a view to communicative accessibility and is based on part of the author's master's research. It examines the constitutional right of people with disabilities to access information and communication and highlights the lack of accessible practices within the journalism sector. The lack of assistive technologies for people with disabilities excludes thousands from the possibility of access and, consequently, from the guarantee of citizenship. To discuss these issues, the paper revisits the history of Brazilian journalism and the principles of training institutions to highlight the media's shortcomings (Bonito & Guimarães, 2023), namely that they do not include these audiences as a priority for consumption or in the official narrative. As a result, audiences with various disabilities are excluded from the possibility of choosing their preferred source of information (Wobeto & Borelli, 2025). Through document analysis (Moreira, 2009) and semi-structured and structured interviews (Duarte, 2010), data is triangulated to map initiatives aimed at incorporating communicative accessibility into the curricula of journalism courses at Brazilian federal institutions. Of the 22 universities analysed, only six offer modules which address communicative accessibility. Those that are specific to the subject are optional, which means that students have to know they are available to be able to take them. In this article, examples of accessible practices for people with disabilities in journalism training are presented and discussed. The paper also reports on the researcher's classroom experience, through teaching guided by participatory research (Peruzzo, 2010), in which pedagogical practices for teaching communicative accessibility were tested in two courses (one of which was developed from the author's dissertation). As a result, 20 premises for the integration of communicative accessibility into journalism training have been formulated; consequently, theoretical and practical proposals are put forward for this integration, which should be transversal.

**Keywords:** communicative accessibility; training of journalists; changes in journalism; access to information.

